

# **MAB – Perspectivas teóricas de lutas práticas**

## **Debate e discussão na teoria social**

GT 20 – Sociedade Civil: protestos e movimentos sociais

Autoras: Selma Singulano, Mariane Silva Reghim, Rachel D. Fernandes

### **Resumo:**

Nosso trabalho busca apresentar um histórico do MAB contextualizando com a realidade brasileira, além de analisá-lo segundo a perspectiva dos Novos Movimentos Sociais, a fim de perceber elementos de identificação e oposição entre diferentes grupos e atores.

**Palavras-chaves:** MAB, novos movimentos sociais, resistência.

Com o início do governo ditatorial brasileiro ocorreu uma desarticulação política, principalmente no que tange aos sindicatos e aos partidos políticos, deixando a população à mercê das deliberações do governo. Na década de 70 houve então um endurecimento das políticas repressivas, o governo retirava assim, sem mais nem menos, grande parte dos direitos civis e políticos da população. Eunice Duhram (1984) argumenta que os movimentos sociais são uma forma específica de mobilização popular com espaço próprio diferente dos partidos e sindicatos. No contexto brasileiro, a impossibilidade de participação partidária e sindical apenas fortaleceu os movimentos sociais que se articulavam em grupos de base, como as associações de bairro e as comunidades eclesiais de base. Em sua maioria, esses movimentos eram horizontais, não possuíam hierarquia partidária o que acarretava um maior diálogo entre seus/suas participantes.

Nessa mesma conjuntura, o país passava por um período de “modernização” e era vista como imprescindível sua necessidade de se investir em formas de energia elétrica. E, devido ao extenso território nacional e sua grande abundância de bacias de água doce, uma das formas mais viáveis de energia concebidas pelo governo e pelas indústrias era a energia proveniente de hidrelétricas. Desta forma, iniciou-se um período de pesquisas – tendo como principal precursor a Eletrobrás – com o objetivo de delimitar as melhores áreas para a construção das usinas hidrelétricas. Muitas barragens iniciaram sua construção nesse período, dentre elas a hidrelétrica de Tucuruí no Pará, de Itaipu – que integrava Brasil e Paraguai – e, também, as hidrelétricas de Sobradinho e Itapaica no nordeste e de Itá e Machadinho da região sul do país.

No início dessas construções, as populações ribeirinhas não possuíam uma articulação efetiva sobre suas carências, não apresentavam reivindicações claras a respeito de suas terras, ocasionando assim uma inexistência de propostas indenizatórias ou qualquer outro tipo de auxílio a essas famílias. Desta forma, muitas dessas famílias sem ter onde morar e do que se alimentar – já que produziam seus alimentos em suas terras – migraram para as cidades a fim de procurar trabalho e moradia, o que ocasionou num aumento substantivo das favelas, das populações marginalizadas, as quais não tinham acesso a infraestruturas básicas, como saneamento, moradia; acesso a meios de transporte e aglomeravam-se em barracos sem qualidade de vida. Tal inexistência de ressarcimento não se delongou, as populações ribeirinhas insatisfeitas com o ocorrido se mobilizaram com o objetivo de lutar por uma indenização justa de suas terras. Porém, notou-se que a “troca” das terras por dinheiro não valia à pena. Levantando assim a bandeira para uma indenização de terra, ou como eles chamavam, “Terra por Terra”.

A articulação desse movimento se deu, num primeiro momento, através de comissões de luta, dentre elas a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens – CRAB – na região sul, a Comissão dos

Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí – CAHTU – no norte e a Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu – CRABI, também na região sul. Tais conexões tiveram um papel importante no início da luta, as comissões tiveram suas conquistas, cada uma de forma particular de acordo com as singularidades e reivindicações de cada região. O segundo momento desse movimento teve seu início na década de 90, onde ocorreram alguns encontros entre as populações ribeirinhas com o intuito de fortalecer a luta. Em 1989, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, foi um momento em que os diversos representantes da luta tiveram espaço para dialogar acerca do movimento e, a partir da troca de experiências, criar uma organização a nível nacional. Em 1991, ocorreu o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil, no qual se decidiu que o MAB seria um movimento nacional, popular e autônomo. Levantando a bandeira “Terra sim, barragem não!”, fortalecendo desta maneira, através de um diálogo nacional, a luta contra a construção das hidrelétricas em todo território.

Esse espaço de articulação se deu numa nova conjuntura política do país, com o fim do governo ditatorial e o início de uma abertura política e com ideias liberais. O Brasil se encontrava num momento de avanço de políticas neoliberais, dentre elas a privatização da energia elétrica. Desta forma, o controle que antes era estatal passou para as empresas transnacionais, o que dificultou ainda mais as lutas do movimento. Esse período acarretou em um novo contorno das delimitações estabelecidas pelas lutas sociais, que antes eram tão somente pelas terras, logo agregaram outras demandas, como por exemplo, a preservação ambiental e a utilização da natureza para o bem comum, não apenas para o enriquecimento de alguns. A bandeira levantada nessa ocasião era “Águas para vida, não para morte!”.

A temática ambiental já era um assunto recorrente na época. No início da década de 90 o mundo se voltou para o Brasil a fim de dialogar sobre questões como o desenvolvimento sustentável e a conservação e proteção dos ecossistemas, na ECO-92, como ficou conhecida a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) ocorrida em junho de 1992 no Rio de Janeiro. Tais debates impulsionaram os movimentos sociais – que já possuíam caráter nacional – a estendê-los internacionalmente. Em março de 1997 ocorreu em Curitiba o 1º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, onde cerca de 20 países se encontraram para compartilhar suas experiências de lutas e conquistas, discutir as políticas energéticas, o direito das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do movimento. Deste encontro, ficou determinado como Dia Internacional de Luta Contra as Barragens o dia 14 de março, data que já era celebrada a nível nacional desde o I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil em 1991. Além da delimitação do dia internacional de luta, ficou estabelecida também a criação da Comissão Mundial de Barragens (CMB) na Suíça, grupo esse ligado ao Banco Mundial e com a participação de representação de ONGs, do Movimento, de empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. O principal objetivo da CMB era realizar um diagnóstico sobre os problemas causados pelas construtoras de barragens e, também, propor alternativas para estes. Fechando esse segundo momento, em 1999, ocorreu o IV Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, o qual reafirmou a luta popular e o método de organização através de grupos de base do Movimento.

Um terceiro momento do Movimento de Luta ocorreu a partir do início do governo petista, em 2002, através da figura de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA), quando os/as militantes acreditaram que o MAB teria maior apoio do governo devido às ideologias do partido eleito. Porém, como não foram cumpridas as demandas exigidas pelo movimento, em 2004 aconteceu a Marcha Nacional Águas pela Vida, que tinha como ação exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos/as atingidos/as pelas barragens. Nesse momento, intensificou-se a luta, tendo como principal lema “Água e Energia não são Mercadorias!”. Mesmo não implementando essas demandas, o presidente Lula reconheceu em 2009 durante o lançamento do Plano Safra – o qual ampliava e melhorava as condições de acesso ao crédito aos pequenos produtores de agricultura familiar – que o Estado possuía uma dívida histórica com os/as atingidos/as por barragens.

Atualmente, o movimento continua forte e crescente e sempre agregando outras demandas, como por exemplo, os debates sobre gênero e as violações de direitos das mulheres ribeirinhas. O Movimento dos Atingidos por Barragens encontra-se organizado nos seguintes estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí, Goiás, Tocantins, Maranhão, Pará e Rondônia.

### **Perspectivas teóricas de lutas práticas**

O surgimento do MAB, datado da década de 70, se insere na lógica organizativa dos ditos 'Novos Movimentos Sociais', datados da mesma época; segundo Eunice Durham (1984), movimentos esses que se diferenciam dos 'Velhos Movimentos Sociais' ao passarem por mudanças no que se refere à composição da base e de seu distanciamento dos partidos políticos.

A base, que nos 'Velhos Movimentos Sociais' era denominada como classe trabalhadora e composta majoritariamente por empregados das fábricas dos centros urbanos, agora é composta por diferentes sujeitos, como se pode observar no seguinte trecho referente a um estudo de caso de consolidação do MAB em Tocantins. “Os integrantes são, na maioria, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros etc.) povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores.” (FOSCHIERA, BATISTA e JUNIOR, 2009. p.136). Tal diversidade dificulta a consolidação, pelo menos a princípio, de demandas ou bandeiras que atendam a todos os interesses. De modo que, se a princípio têm-se bandeiras específicas referentes principalmente ao ressarcimento do prejuízo – que é diferente para cada pessoa, de acordo com sua relação com a terra – ao longo do tempo luta-se por bandeiras amplas, que extrapolam o momento atual e que faz parte de um projeto de sociedade diferente do que está sendo construído, como se pode notar em “Água e Energia não são Mercadorias!”. Essa mudança de bandeiras pode ser observada naquilo que Ruth Cardoso apontou como:

“duas formas de ação que se conjugavam. Eles (os movimentos) tinham uma dimensão extremamente pragmática, quer dizer, conseguir aquelas demandas, conseguir aquelas vitórias (...) (e) havia, ao mesmo tempo, o papel principal dos movimentos, um papel expressivo (...) (que) implicava modificações em alguns aspectos da cultura política”. (CARDOSO, 2004, p.85-86)

Ao mesmo tempo em que se tem uma base heterogênea e bandeiras em diferentes níveis de atuação, o movimento se distancia da luta partidária, renunciando os partidos como “porta-voz” e sendo o próprio povo e a sociedade civil organizados a se colocar perante o Estado, percebendo assim, como já apontou Ruth Cardoso, uma institucionalização dos movimentos sociais “cria-se uma nova relação entre os movimentos e os partidos políticos, por um lado, e entre os movimentos e as agências públicas em geral, por outro” (CARDOSO, 2004, p. 83), ou seja, os Movimentos Sociais passam a compor órgãos (comissões, conselhos) em conjunto com o Estado, empresas e demais organizações mundiais, como é o caso da CMB. Mas, será esse um fator de desqualificação do movimento?

Pois bem, os/as atingidos/as têm sua demanda específica, pois sua terra, casa e história que serão inundados para que empresas possam lucrar com essa situação. Concomitantemente essas pessoas estão perdendo o chão e tudo que ali construíram, estão sendo vítimas – assim como todos/as nós – desse modelo de desenvolvimento no qual a população é deixada de lado pelo Estado-governo. Dessa maneira, ao decidir compor tais órgãos, os movimentos estão dispostos a negociar com os/as responsáveis pelas mudanças imediatas em sua vida. Porém, há também a demanda por um outro projeto de sociedade, no qual o desenvolvimento seja para o povo e que não converge com a exploração e expulsão desses/as moradores/as de suas terras. Essa configuração apresenta consequências tanto para o Estado que ainda não sabia lidar com esse tipo de participação, quanto para o movimento que também estava aprendendo com uma “dificuldade muito grande de definir quem seria

o representante, quem iria se sentar lá e representar cada um dos movimentos e como se chegaria ao equilíbrio entre recursos e as políticas”. (CARDOSO, 2004, p. 89)

Em contraponto, a questão colocada é a seguinte: Vamos perder tudo (presente) e não concordamos com esse modelo de desenvolvimento (presente e futuro). Devemos lutar por nossa casa ou por outro projeto de sociedade? E, além disso, para quem iremos colocar nossas demandas? Para o/a presidente/a do país, para os/as empresários/as ou nas ruas? Entendendo que quem tem o poder de decidir quem vai escolher (povo ou empresas) já deixa claro quais são suas preferências, diluem-se cada vez mais as possibilidades de lutas fora do campo de quem está no poder, ou redefinindo o espaço do público e do privado, pois, se olharmos para a configuração atual do sistema econômico, no qual fica cada vez mais difícil separar os interesses do Estado dos interesses do Mercado, as armas disponíveis encontram-se também cada vez mais dispersas.

A história de organização dos atingidos por barragens é narrada segundo uma sequência de lutas e conquistas, contando em anos de defesa dos direitos dos atingidos, e mais recentemente, das atingidas em defesa da água e da energia e pela construção de um Projeto Popular para o país. Entendido como um movimento autônomo, com direção coletiva em todos os níveis, o MAB se forma a partir da aproximação e organização entre os atingidos de diversas regiões do país.

O arranjo estabelecido entre atores a fim de constituir um movimento de luta é dado em função da própria necessidade de organização, uma vez que a participação desorganizada da sociedade geralmente faz com o povo seja utilizado como “massa de manobra” em função de interesses diversos. Nesse sentido, a mobilização desses atores se dá pela indignação de direitos, com o intuito de reunir sujeitos, esclarecer cenários e apresentar possibilidades.

Nesse sentido, o método de organização do MAB é estabelecido inicialmente através dos Grupos de Base, sendo esses considerados alicerces do movimento. Percebido como porta de entrada, o Grupo reúne todas as famílias, ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens, de uma determinada comunidade ou bairro. Atingidas indiretas, como por exemplo, aquelas famílias que de alguma forma dependem economicamente da comunidade atingida ou do próprio rio, também compõem os grupos de base. A organicidade do movimento prossegue baseada em instâncias de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo capitalista. Assim, existem as coordenações a nível local, estadual e nacional do movimento, de maneira que “no movimento, face à mesma carência, todos se tornam iguais. E, agindo em conjunto, esses iguais vivem a experiência de comunidade. (...) A igualdade constitui-se, desta forma, como representação plena, concretizada na comunidade”. (DURHAM, 1984. p.28)

Observamos no último século e cada vez mais a acentuação de um projeto “desenvolvimentista” que invade o imaginário social. À revelia dos senhores da casa-grande, ele é construído por uma singular articulação entre as camadas empresariais, a fração nacionalista do estamento burocrático-militar, as lideranças intelectuais e o proletariado em formação. Historicamente, a economia dos socialites dos Tristes Trópicos deixou um legado de deficiências na infraestrutura (energia elétrica, petróleo, transportes, comunicações), para não falar das desigualdades regionais, da péssima distribuição de renda e da miséria absoluta.

A questão social, como síntese reflexiva do aprofundamento das desigualdades sociais, acumuladas e manifestas nas mais variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social, não é fenômeno novo ou novidade no Brasil. Desde os primeiros anos da República, para não voltarmos ao Brasil colônia, a desigualdade social se expressa nas condições de trabalho das pequenas oficinas, órgãos públicos, numa industrialização lenta e de poucos empregos, longas jornadas de trabalho, trabalho infantil e escravo, salários reduzidos, escassez de alimentos, acesso restrito às poucas escolas públicas primárias e técnicas, epidemias.

Explicitando a relação íntima entre o padrão de modernização brasileiro, baseado em grandes projetos, e as desigualdades sociais percebidas nesse cenário; ressaltando a injustiça do modelo

desenvolvimentista baseado no interesse do capital e alertando para os conflitos engendrados e consequências produzidas por este projeto; atentando para como o Estado brasileiro tem conduzido e se portado diante todo esse ‘processo’, percebe-se a o movimento contra as barragens como identificação de luta pelo direito a possuir terra, casa, etc, pra além de direitos civis básicos. (Re)definida ao longo dos anos, as políticas de ação e participação do MAB passam desde a busca por indenizações justas como pela não construção de barragens. E, oposição a um modelo, na unidade de compreensão de que o problema central está na estrutura do projeto desenvolvimentista e no modelo energético vigente.

A unidade do movimento dos atingidos por barragens se constitui a partir do momento em que os indivíduos inseridos nos processos de construção de barragens se transformam em atores políticos e sociais.

Nesse sentido, os atores inseridos nesse contexto se enxergam como um movimento popular, reivindicatório e político, onde a prática militante é orientada pela pedagogia do exemplo e sua luta se alimenta no profundo sentimento de amor ao povo e à vida. O problema que se coloca, portanto, é se a dívida inegavelmente existente nesse cenário vem sendo reconhecida, e dadas suas responsabilidades aos devedores, dívidas essas a serem recompensadas como dívidas políticas, para que possa então ser solucionada por meio de políticas e não por meio da lógica utilitária. A questão central aqui é de justiça social e ambiental, além da esperança – alguns diriam utopia- de um mundo sem exploração, tanto do/a trabalhador/a, quanto da natureza.

## **BIBLIOGRAFIA**

CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (Org.) Anos 90: Política e Sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DUHRAM, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. Novos Estudos Cebrap, n.10, 1984.

FOSCHIERA, Atamis Antonio; BATISTA, Lucione Sousa; JUNIOR, Antonio Thomaz. Organização e atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens: O caso do MAB/TO. Revista Pegada, n. 1, vol. 10, 2009

LEROY, Jean-Pierre. A dívida ecológica brasileira. Quem deve a quem? Cadernos de Debate nº 6. BSD/FASE. 2000.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: SACHS, W. Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

## **Site**

<http://www.mabnacional.org.br/>